

## **ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ NACIONAL DE MANEJO INTEGRADO DO FOGO (COMIF)**

**Data:** 29 de janeiro de 2025

**Horário:** 14h30

**Local:** Reunião híbrida

### **Presentes:**

- João Paulo Capobianco (Presidente)
- André Lima (MMA)
- Adriano Santhiago de Oliveira (Casa Civil)
- Rafael Pinto Costa (Ministério da Defesa)
- Maria do Socorro Silva (Ministério da Educação)
- Armin Augusto Braun (MIDR)
- Camila Kuhl Pintarelli (Ministério da Justiça e Segurança Pública)
- Suliete Gervásio Monteiro (Ministério dos Povos Indígenas)
- Agnes Soares da Silva (Ministério da Saúde)
- Jair Schmitt (IBAMA)
- Iara Vasco Ferreira (ICMBio)
- Rodrigo Bueno Belo (ABEMA- Minas Gerais)
- Mauren Lazzaretti (ABEMA- Mato Grosso)
- José Volnei Bisognin (ABEMA- Paraná)
- Rafael Freire de Souza (ABEMA- Rio de Janeiro)
- Marçal Fortes Silveira Cavalcanti (ANAMMA)
- Aluisio Metelo Júnior (CNCG)
- Rafael Hartmann Gava (RNBV)
- Gabriel Franco Chaskelmann (RNBV)
- Nelson Ananias Filho (CNA)
- Rodrigo Justos de Brito (CNA)
- Alonso Batista dos Santos (CONTAG)
- Damião Moreira dos Santos (CONAQ)
- José Gabriel dos Santos Rosa (CONAQ)

- Samuel Leite Caetano (CNPCT)
- 

## **1. ABERTURA**

João Paulo Capobianco, Presidente do COMIF, iniciou a reunião destacando a gravidade da situação ambiental no Pantanal, na Amazônia e no Cerrado devido à redução de chuvas. Ele ressaltou que os dados meteorológicos indicam um cenário preocupante, com tendência de seca prolongada, o que pode levar a um aumento significativo dos incêndios florestais na região. Frisou que este é um momento crítico para a implementação de políticas públicas eficazes e coordenadas e que é fundamental o alinhamento entre os entes governamentais e a sociedade civil para conter a crise ambiental.

Capobianco também destacou a importância da 30ª reunião da Conferência das Partes da Convenção de Mudança do Clima, a ser realizada em novembro, e alertou que o Brasil precisa apresentar avanços concretos na contenção do desmatamento e dos incêndios. Reforçou que a credibilidade do país no cenário internacional depende de medidas rigorosas e eficazes. Ao final de sua fala, solicitou ao Secretário André Lima que compartilhasse os estudos apresentados no seminário recente com os integrantes do COMIF, para embasar futuras ações estratégicas e passou a condução dos trabalhos para o Secretário André Lima.

## **2. APROVAÇÃO DAS ATAS DAS REUNIÕES ANTERIORES**

O Secretário André Lima submeteu à apreciação do plenário as atas das reuniões anteriores:

- **Primeira reunião ordinária (09/10/2024)** - aprovada por unanimidade.
- **Primeira reunião extraordinária (26/11/2024)** - aprovada por unanimidade.

## **3. APROVAÇÃO DO CALENDÁRIO DE REUNIÕES PARA 2025**

Foram propostas as seguintes datas para as reuniões ordinárias:

- 9 de abril
- 6 de agosto
- 2 de dezembro

Calendário aprovado por unanimidade.

#### **4. INFORMES**

##### **4.1. INFORME SOBRE A ADPF 743 (Dra. Lívia Losso - AGU)**

A Dra. Lívia Losso (CGU) apresentou a decisão recente do STF, que determina a elaboração de um plano emergencial de ações educativas para manejo integrado do fogo. Durante sua apresentação, detalhou o contexto da DPF 743, explicando que a ação foi ajuizada em 2020 devido ao agravamento das queimadas no Pantanal e na Amazônia, e que o Supremo Tribunal Federal determinou medidas concretas para o enfrentamento do problema.

Lívia destacou que, apesar dos avanços obtidos na atual gestão, a decisão recente exige a elaboração de um plano que contemple medidas de publicidade, educação e conscientização da sociedade e dos setores produtivos sobre a necessidade de prevenção e controle de incêndios.

Ela pontuou que este plano deve incluir diretrizes claras para ações coordenadas entre o poder público, empresas e comunidades locais, além da necessidade de engajamento social e participação ativa dos estados da Amazônia Legal na execução das políticas.

A Casa Civil e a AGU sugeriram a criação de um grupo de trabalho para estruturar essa resposta dentro do prazo de 30 dias. Durante a discussão, representantes do Ibama e do Ministério do Meio Ambiente reforçaram a importância de integrar os conhecimentos científicos e os dados de monitoramento já existentes para que o plano seja eficaz.

Além disso, foi enfatizado que a decisão do STF não apenas impõe prazos rigorosos para a elaboração do plano, mas também estabelece a necessidade de relatórios periódicos para acompanhar a implementação das ações.

**Encaminhamento:** Foi acordada a formação de um grupo de trabalho sob a coordenação da Casa Civil, com posterior informe ao Plenário do COMIF. Os participantes do grupo de trabalho deverão elaborar uma proposta detalhada do plano, contemplando cronogramas, metas e ações de comunicação, além de estabelecer parcerias estratégicas para sua execução.

##### **4.2. INFORME SOBRE A SITUAÇÃO CLIMÁTICA E RISCO DE INCÊNDIOS (Secretário André Lima)**

O Secretário André Lima apresentou dados da UFRJ e do professor Marengo sobre o risco de incêndios. Ele explicou que os padrões climáticos indicam uma tendência de seca prolongada, com temperaturas mais altas do que o normal e menor volume de chuvas para os próximos meses. André alertou que essas condições elevam o risco de incêndios e exigem um esforço coordenado entre diferentes esferas do governo e da sociedade para evitar uma crise ambiental ainda maior.

Além disso, enfatizou que o Ibama já iniciou ações preventivas em Roraima, estado onde a temporada de incêndios começou mais cedo do que o previsto. Ele detalhou que novas estratégias de combate estão sendo planejadas, incluindo o fortalecimento das brigadas

florestais, aquisição de novos equipamentos de monitoramento e melhoria da infraestrutura de resposta rápida.

O Secretário também destacou a importância de uma abordagem integrada entre estados e municípios, sugerindo que reuniões periódicas sejam realizadas para avaliar os riscos em tempo real e otimizar a distribuição de recursos para ações de prevenção e combate. Segundo ele, um dos principais desafios será a capacitação das equipes locais e a conscientização da população sobre o uso controlado do fogo em áreas rurais.

Para finalizar, André Lima ressaltou a necessidade de um compromisso coletivo para enfrentar os incêndios florestais, defendendo que a união entre governo, setor privado e sociedade civil será essencial para mitigar os impactos ambientais e socioeconômicos causados pelas queimadas.

#### **4.3. INFORME SOBRE O PLANO DE RESOLUÇÃO (Joao Paulo Morita - ICMBio)**

Joao Paulo Morita fez um breve histórico do Grupo de Trabalho (GT) que elaborou a minuta de resolução, destacando as reuniões realizadas e as contribuições dos diversos setores envolvidos.

### **5. ORDEM DO DIA**

#### **5.1 DISCUSSÃO DA MINUTA DE RESOLUÇÃO QUE DISPÕE SOBRE OS PLANOS DE MANEJO INTEGRADO DO FOGO E MEDIDAS DE PREVENÇÃO E PREPARAÇÃO AOS INCÊNDIOS FLORESTAIS EM IMÓVEIS RURAIS.**

O Secretário André Lima apresentou os principais pontos da minuta de resolução, destacando os objetivos, diretrizes, e o conteúdo mínimo dos planos de manejo integrado do fogo. Foi enfatizada a importância da responsabilidade compartilhada entre governo, setor privado e sociedade civil, da mobilização para que tenhamos cada vez mais comunidades resilientes aos fogos, e que a responsabilidade também seja compartilhada com os proprietários rurais em todo País.

Durante a discussão, foram abordados os seguintes pontos principais:

- **Diretrizes Gerais:** A necessidade de regulamentação dos planos de manejo integrado do fogo para diferentes escalas e níveis de governança, garantindo a integração entre os entes federativos, proprietários rurais, comunidades locais e a sociedade civil.
- **Conteúdo Mínimo:** O plano deve incluir um diagnóstico das áreas vulneráveis, histórico de incêndios, estratégias de prevenção, ações de resposta e cronograma de implementação.
- **Obrigatoriedade:** Definição das áreas e propriedades que devem obrigatoriamente adotar planos de manejo integrado do fogo, especialmente aquelas em regiões de alto risco ou com histórico recorrente de incêndios.

- **Implementação e Execução:** Debateu-se a viabilidade da implementação dos planos e os desafios enfrentados pelos órgãos responsáveis. Foi sugerido um cronograma escalonado para garantir a adesão gradual e eficiente das diferentes esferas envolvidas.
- **Financiamento e Recursos:** A questão da obtenção de recursos para a execução dos planos foi amplamente discutida, sendo sugerida a captação de parcerias público-privadas e a destinação de verbas específicas inclusive de emendas parlamentares para garantir a elaboração e execução dos planos e sua operacionalização.
- **Monitoramento e Fiscalização:** O estabelecimento de indicadores claros para avaliação da eficácia dos planos, além da necessidade de mecanismos de fiscalização contínua, foram apontados como essenciais para garantir o sucesso das ações propostas.
- **Capacitação e Conscientização:** A importância de investir na capacitação das equipes técnicas e na conscientização da população sobre o manejo integrado do fogo foi amplamente defendida pelos participantes, destacando-se a necessidade de campanhas educativas e treinamentos específicos.

Durante a discussão, o Secretário André Lima enfatizou que a regulamentação da resolução precisa ser clara e objetiva para garantir sua aplicabilidade. Ressaltou que, sem um mecanismo eficiente de fiscalização e monitoramento, os planos de manejo podem não alcançar os resultados esperados. Lima destacou ainda que o Ministério do Meio Ambiente está comprometido em buscar apoio técnico e estrutural para os estados e municípios na implementação da resolução, mas que isso depende de uma estruturação bem definida das responsabilidades de cada ator envolvido.

O Secretário também frisou que a colaboração entre os órgãos ambientais federais e estaduais deve ser fortalecida para que as estratégias de prevenção e combate ao fogo sejam mais eficazes. Ele reforçou a importância do SISFOGO, sob coordenação do IBAMA, como a plataforma oficial comum para o compartilhamento de informações sobre queimas controladas, incêndios em andamento e ações preventivas, permitindo uma atuação mais coordenada e ágil.

Além disso, André Lima apontou a necessidade de estabelecer incentivos financeiros para que proprietários rurais adotem práticas de manejo responsável do fogo e ações preventivas e preparatórias além do apoio no combate. Ressaltou que medidas sancionatórias ajudam, mas que é fundamental oferecer alternativas e incentivos viáveis para que proprietários rurais e comunidades locais possam contribuir na prevenção e mitigação dos incêndios sem prejuízos econômicos.

Os participantes reforçaram a urgência na aprovação da resolução e, destacando a necessidade de clareza em relação às obrigatoriedades, a importância da participação dos pequenos produtores e a necessidade de aprimorar a redação de alguns dispositivos; propuseram que ajustes finais sejam realizados com base nas sugestões apresentadas, com a versão definitiva a ser debatida na próxima reunião.

Foi aprovado o seguinte encaminhamento:

- **Texto Base:** Aprovado por unanimidade.

- **Emendas:** Os membros que desejarem apresentar emendas devem enviá-las até o meio-dia da segunda-feira 03/02, anterior à próxima reunião do GT, utilizando um formulário padrão a ser encaminhado aos membros pela Secretaria Executiva do Comitê. Sem prejuízo de poderem apresentá-las nas demais reuniões do GT, ou até mesmo na próxima plenária extraordinária quando pretende-se aprovar as emendas.
- **Reuniões de GT com a participação de todos os membros do Comitê:** Serão realizadas quatro reuniões do GT para discutir as emendas e aprimorar o texto, com o objetivo de votação das emendas na reunião extraordinária agendada para o dia 26 de fevereiro (dias 04/02, 11/02, 18/02 e 20/02) e uma reunião de alinhamento final no dia 25/02.

## 7.ENCERRAMENTO

A reunião foi encerrada às 17h30, com agradecimentos a todos os participantes pelo engajamento e contribuições.

## PRÓXIMA REUNIÃO:

- **Data:** 26 de fevereiro de 2025
- **Horário:** 14h30
- **Local:** Reunião híbrida